

# Grupos tentam acordo para aprovar reforma agrária

BRASÍLIA — Um acordo entre o grupo liderado pelo senador José Richa e a deputada Sandra Cavalcanti, a liderança do PMDB e a esquerda poderá fazer a direita amargar hoje uma importantíssima derrota na Comissão de Sistematização, na mais explosiva das questões sobre a reforma agrária: a imissão da União na posse da terra desapropriada.

Os termos do acordo ainda não estão fechados. Há duas variantes possíveis. A primeira, preferida por Richa, é a emenda do deputado Jovani Mazzini (PMDB-PR), destacada por Vicente Bogo, pemedebista gaúcho ligado aos pequenos agricultores, que remete a regulamentação da imissão na posse para lei complementar. A segunda hipótese, a favorita da liderança do PMDB, é a manutenção pura e simples do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que estabelece a imissão em 90 dias. O clima, porém, é de entendimento.

Já estão em Brasília vários empresários rurais, como o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, e da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Ari Marimon. Com um dos dirigentes da UDR em Brasília, Cesmar Moura, passaram a tarde tentando ampliar o apoio às emendas que condicionam a imissão na posse a sentença judicial transitada em julgado, num ritual que levaria 90 dias na primeira instância e mais 60 na segunda, além de comportar recurso ao Supremo Tribunal Federal, no caso de a desapropriação afetar direito constitucional do proprietário.

**Cálculos** — Otimistas, os empresários e os deputados e a eles ligados, com Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Rosa Prata (PMDB-MG), estimavam ontem, no final da tarde, contar com os votos de 50 a 55 integrantes da comissão, número mais do que suficiente para emendar o substitutivo. Nesses cálculos, porém, eles incluíam os votos do grupo de Richa e de Sandra. Afinal, algumas das emendas que encamparam são de autoria da deputada fluminense.

"Essas emendas foram apresentadas para aumentar a margem de manobra para a negociação", disse Sandra, para quem as conversações que desenvolviam com Vicente Bogo, Euclides Seale e Antônio Britto, vice-líderes do PMDB, Cid Carvalho (PMDB-MA) e Virgílio Távora (PDS-CE) vão garantir um texto que preserve a pequena e a média propriedade rural, mas garante os mecanismos para a reforma agrária.

Sandra acha que, no acordo, ficará acertado que imóveis rurais acima de um certo tamanho — de 500 até 2000 hectares, dependendo da negociação — não serão passíveis de desapropriação. "Com isso a reforma só atingirá quem possui muita terra mesmo", explicou.

**Preocupações** — "Vou apoiar o teu destaque, Bogo. As nossas emendas estavam muito ruins" — disse Richa ao deputado gaúcho.

— Acho que eu também — manifestou-se Vilson Souza, catarinense do MUP.

— Com o apoio do MUP, o destaque vai passar — completou o senador.



A Comissão rejeitou emenda de Adolfo (sentado) que favorecia multinacionais

## Ulysses faz acordo que supera crise

O deputado Ulysses Guimarães parece ter conseguido, afinal, esvaziar, completamente, a ameaça de crise produzida pelos constituintes da direita e do centro que articularam a proposta de mudança do regimento interno da assembleia. Assinada por mais de 300 deputados e senadores, ela será entregue hoje à noite a Ulysses em sessão extraordinária do plenário da Constituinte. Haverá discursos, como de praxe, comemoração dos que se sentem vitoriosos, e pronto. Em seguida, ela dará lugar a um acordo que começou a ser esboçado no último fim de semana.

A proposta permite que se apresentem, no plenário da Constituinte, novas emendas a artigos, parágrafos, incisos, títulos e capítulos do projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização — o que está proibido pelo regimento interno. A cumprir o ritual

estabelecido pelo regimento, a proposta tramitará ao longo de mais ou menos 25 dias.

De acordo com a fórmula de Ulysses, já aceita pelos líderes da direita e do centro, será aberto um prazo para o oferecimento de novas emendas — mas somente a artigos, parágrafos e incisos do projeto. Cada um dos 559 constituintes poderá apresentar três emendas — um total, portanto, de 1.667 emendas. As 35 mil apresentadas até agora em todas as fases já esgotadas da Constituinte não se transferirão mais, automaticamente, para exame do plenário, como ainda prevê o regimento. Ulysses acredita que, assim, a próxima Constituição poderá ser promulgada em janeiro.

A proposta da direita e do centro previa a exigência de 280 assinaturas de constituintes — metade mais um do conjunto da assembleia — para que uma emenda obtivesse o direito de ser votada na frente de outras que tratem do mesmo assunto. Ulysses quer diminuir esse teto para 180 assinaturas.

Não passam de 10 os principais pontos de conflito do projeto a serem resolvidos no plenário da Constituinte. Um deles, o da estabilidade no emprego, já começou a ser discutido informalmente pelas lideranças.

## Falta de ação

A menos de uma semana da votação sobre o mandato do presidente José Sarney, o senador José Richa (PMDB-PR) testemunha a ausência de qualquer iniciativa do governo quanto ao assunto. Na Comissão de Sistematização, que há uma semana se reúne dia e noite para votar o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, "só os defensores dos quatro anos de mandato cabalam votos", confere Richa. Os parlamentaristas começam a temer a vitória do presidencialismo na votação do projeto no plenário da Constituinte se o mandato ficar de fato em quatro anos.

## Voto por engano

"É prá votar como?" — indagou, esbafoado, o deputado Vilson Souza (PMDB-SC), da ala mais à esquerda do PMDB, ao chegar ontem atrasado em meio a uma votação na Comissão de Sistematização. Não sabia o que se votava. "É para votar a favor", sugeriu o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF). Souza votou e, depois, levou um susto. Foi o único, do seu grupo, a votar a favor da emenda do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) que "assegura a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos". Seu voto aprovou a emenda.

## Rápido no gatilho

Na última sexta-feira, o governador Newton Cardoso foi avisado de que havia chance de aprovação de uma emenda do deputado mineiro Dalton Canabrava, do PMDB, que transferia para a União os recursos do Imposto Único sobre Combustíveis. Hoje, a lei destina 60% dos recursos aos Estados. O projeto de Cabral repassa para estados e municípios 100% dos recursos. Cardoso ameaçou publicar com estardalhaço a lista "dos que votarem contra o interesse de Minas". Canabrava retirou a emenda.

## Mineiros contra a Vale

O lobby da Vale do Rio Doce companhia defendeu o artigo do projeto Cabral que dava competência ao Senado para fixar a alíquota do Imposto Único sobre Minerais cobrada nas operações internas e entre estados. A bandeira mineira, em peso, votou e conseguiu aprovar uma emenda que transfere para as Assembleias Legislativas a fixação da alíquota no caso das operações internas.

## PINGA-FOGO

● Deve amanhecer pronto o acordo em torno da emenda da reforma agrária a ser votada hoje à tarde. O acordo junta a direita, o centro e a esquerda — como o que ontem juntou todo mundo para aprovação do artigo que definia o conceito de empresa nacional.

● Do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE): "Se o que se chama Centro é o centro, a direita é o Urutu".

● O deputado José Thomaz Nonó (PFL-AL) decidiu votar na Comissão de Sistematização em favor de cinco anos de mandato para Sarney e, mais tarde, no plenário da Constituinte, em favor dos quatro.

Ricardo Noblat

## Comissão mantém duas espécies de empresa

O texto ambíguo do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que cria uma conceitualização para a empresa nacional que beneficia os estrangeiros domiciliados no país, e outra conceitualização para a "empresa brasileira de capital estrangeiro", foi mantido pela Sistematização, após a rejeição sucessiva de quatro destaques. Em compensação, foram aprovados dispositivos claros de proteção à empresa nacional.

Foi excluído do projeto o artigo que proibia a discriminação contra empresas em razão da origem de seu capital e, em seu lugar, aprovado um artigo que define as medidas de proteção ao capital nacional, como incentivos e benefícios fiscais e creditícios, proteção especial às atividades estratégicas e até prioridade às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

**Acordo** — O texto final do artigo 192 do projeto que irá a plenário foi composto através de duas emendas, aprovadas num acordo entre os diversos grupos ideológicos. A primeira, um destaque do deputado Joaquim Suena (PMDB-MT) a uma emenda do deputado Ubiratam Spinelli (PDS-MT), defendido pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), obteve 88 votos contra uma abstenção e instituiu os privilégios fiscais e de crédito às empresas nacionais. A segunda emenda, do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), recebeu 74 votos a favor, 11 contra e uma abstenção, e estabeleceu a obrigatoriedade do Poder Público de dar preferência às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços.

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) apresentou uma proposta para restringir o conceito de empresa nacional àquelas cuja titularidade pertença a brasileiros; foi derrotado por 52 votos contra apenas 37 favoráveis e duas abstenções. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) defendeu a supressão do parágrafo que define a empresa brasileira de capital estrangeiro como "a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no país" que não esteja sob a titularidade de pessoa física aqui domiciliada; perdeu por 57 votos contra, 32 favoráveis e duas abstenções.

**Reação** — As propostas conservadoras, no âmbito geral, tiveram pior desempenho. A proposta do deputado Páez Landim (PFL-PI), que queria simplesmente suprimir qualquer alusão à empresa nacional do texto constitucional, foi derrotada por 76 votos, tendo recebido apenas 16 favoráveis. Uma emenda do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), que dividia as empresas nacionais em dois grupos, as de capital exclusivamente brasileiro e as de capital misto ou estrangeiro — e, na prática, nacionalizava as empresas multinacionais — teve contra 78 votos, a favor nove, e quatro abstenções.

No bojo do acordo que antecedeu a votação da definição de empresa nacional, uma emenda provocou forte reação do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ); a emenda de Osvaldo Lima Filho que, segundo o deputado fluminense, ao estabelecer o privilégio das empresas nacionais em concorrências públicas, estava criando uma discriminação contra o capital estrangeiro. "Se as empresas nacionais já vão ter benefícios fiscais e creditícios, não há por que não possam concorrer em igualdade de condições com a empresa estrangeira", afirmou.

**Divisão** — Na esquerda, a prioridade era restringir o conceito de empresa nacional àquelas cuja titularidade pertença a brasileiros. O deputado Haroldo Lima, ao defender sua emenda, lembrou que a ideia de empresa nacional, no projeto Cabral, estava vinculada a outros pontos importantes, como o relativo à navegação de cabotagem. Os nacionalistas se dividiram na votação da emenda que derrubava o conceito de "empresa nacional de capital estrangeiro". O senador Severo Gomes, ao encaminhar contra a exclusão deste conceito do texto, disse apenas que não era importante derrubá-lo porque ele era "inócuo" e por isso não traria maiores prejuízos ao capital exclusivamente nacional.

Com os exatos 47 votos necessários à sua aprovação, foi incluído um parágrafo no artigo 191, uma emenda de Dornelles, que assegurava a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (os monopólios e reservas de mercado).

## Bispo critica forças que retardam avanços

PORTO ALEGRE — O bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Edmundo Kunz, denunciou "forças poderosas" de estarem promovendo uma campanha de descrédito da Constituinte para que fracassem as tentativas de avanço social e essas forças possam manter seus privilégios. Reprovou os mesmos grupos por estarem articulando um "plano diabólico" de dividir a Igreja Católica, levantando "suposições falsas e inventando classificações inverídicas".

Dom Edmundo criticou a UDR (União Democrática Ruralista), que, numa publicação, dividiu os integrantes do clero em progressistas e conservadores. "Além de acusações caluniosas contra o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), outras têm sido propagadas em entrevistas e reuniões", afirmou.

## Ação de lobistas já tumultua trabalhos

Mirian Guaraciaba

BRASÍLIA — A moça botou as mãos na cabeça, em de desespero: "Meu Deus do céu, roubaram a pasta com todos os originais de votação, os arquivos da presidência, os documentos da comissão". Seus colegas iniciaram uma busca, mas foi inútil. A história da sessão da Comissão de Sistematização da última quinta-feira havia desaparecido por iniciativa de algum dos lobistas que transitam às centenas pelo plenário da Constituinte. "Vamos ter que reconstruir tudo. Isso é o cúmulo", lamentou a funcionária.

Era apenas um sintoma da confusão que está tomando conta do plenário da Comissão de Sistematização, que vota o anteprojeto da Constituição. "Quando começarmos a discutir a reforma agrária (o que poderá acontecer hoje), os lobistas vão botar fogo no plenário", adverte a deputada Beth Azize (PSB-AM).

**Constrangimento** — Na mesma quinta-feira do sumiço da pasta, Beth Azize foi pressionada publicamente por uma juíza para votar a favor da aposentadoria dos magistrados aos 25 anos de carreira. "Eu nunca vi nada igual. Estamos sendo achincalhados. Nem na Câmara de Vereadores de Manaus ocorrem coisas como essas", queixou-se.

Na manhã de sexta-feira, depois de ter surpreendido um lobista a observá-lo enquanto votava (qualquer pessoa entra no plenário, apesar de ser proibido, já que o controle da segurança é deficiente), o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) depa-rou com o presidente da Associação Nacional dos Delegados, Cyro Vidal, também no plenário, sem crachá. Vidal alegou que estava à procura do deputado José Tavares (PMDB-PR), mas o acesso à votação só é permitido aos jornalistas credenciados e assessores das lideranças.

Acompanhado de um grupo de delegados, Cyro Vidal jurou que não entraria mais. Uma promessa que dificilmente será cumprida. Para driblar a segurança, por exemplo, basta que o lobista consiga com qualquer das lideranças dos 12 partidos representados na Constituinte um crachá branco, especial para assessores. Foi assim que cinco oficiais da Polícia Militar acompanharam sexta-feira os trabalhos da Sistematização.

**"Uma mãozinha"** — Dentro do plenário, estrategicamente colocados junto ao cafézinho privativo, os policiais abordavam sem constrangimento constituintes de todos os partidos e tendências. "Ninguém está fazendo lobby aqui. Já fizemos esse trabalho antes", disse o tenente-coronel Sílvio Ferreira, do Rio Grande do Sul. Por acaso, ao seu lado, estava Fábio Sabóia, da UDR, devidamente autorizado pela presidência da comissão.

Sufocado pela fumaça dos cigarros e irritado com a conversa dos lobistas, jornalistas e curiosos, o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, convidou um colega: "Vamos ao café privativo? Lá dá para conversar". Não deu sequer para abrir a porta. O relator Bernardo Cabral teve ainda menos sorte: "Levei meia hora para sair do banheiro. Os lobistas não me deixavam em paz".

Às vezes são os deputados que não deixam em paz os lobistas. Isso ficou claro quando o deputado Otomar Pinto, brigadeiro reformado, abordou um coronel com crachá branco para pedir que desse uma mãozinha para livrar do serviço militar o filho do funcionário da terceira secretaria. Feitas as anotações, o coronel não resistiu: "Uma mão lava a outra. Assim, o lobby fica mais fácil".